



## **Sujeito corporificado e urbanidades: relação espaço-sociedade**

### **Autores:**

Adriana Nascimento - UFSJ - [adrianan@ufsj.edu.br](mailto:adrianan@ufsj.edu.br)

Pedro Henrique Azalim Cunha - UFSJ - [pedroazalimcunha@gmail.com](mailto:pedroazalimcunha@gmail.com)

Ana Carolina Velho - UFSJ - [velho.anacarolina@gmail.com](mailto:velho.anacarolina@gmail.com)

Luciana Vale Canavez - UFSJ - [canavezluciana@gmail.com](mailto:canavezluciana@gmail.com)

### **Resumo:**

As noções de sujeito corporificado e de urbanidade no Brasil foram abordadas pela sociologia urbana, enfatizados aqui pelo referencial de Ana Clara Torres Ribeiro, que os articulou em sua obra através da relação sociedade e espaço. Procuramos neste artigo apresentar tanto uma releitura de tais questões, quanto sustentar e manter vivo o debate oferecido em sua obra teórico-prática. A aplicação deste estudo em práticas espaciais experimentais vêm alicerçando o trabalho desenvolvido em ensino, pesquisa e extensão e é sobre este repertório que apresentamos aqui alguns resultados.

# SUJEITO CORPORIFICADO E URBANIDADES: RELAÇÃO SOCIEDADE-ESPAÇO

**Resumo:** As noções de sujeito corporificado e de urbanidade foram abordadas pela sociologia urbana, enfatizados aqui pelo referencial de Ana Clara Torres Ribeiro, que os articulou em sua obra através da relação sociedade e espaço. Procuramos neste artigo apresentar tanto uma releitura de tais questões, quanto sustentar e manter vivo o debate oferecido em sua obra teórico-prática. A aplicação deste estudo em práticas espaciais experimentais vêm alicerçando o trabalho desenvolvido em ensino, pesquisa e extensão e é sobre tais rebatimentos que apresentamos aqui alguns resultados.

**Palavras chave:** Sujeito corporificado; corpoespaçotempo; urbanidades; espaço; sociedade

**Abstract:** The notions of *embodied subject* and urbanity in Brazil were approached by urban sociology, emphasized here by the reference of Ana Clara Torres Ribeiro, who articulated them in her work through the relation between society and space. We seek to present in this article both a re-reading of such questions, and to sustain and keep alive the debate offered in his theoretical-practical work. The application of this study to experimental space practices is based on the work developed in teaching, research and extension and it is about such repertoire that we present some results here.

**Key-words:** Subject embodied; bodyspacetime; urbanities; space; society

## Apresentação

É num momento e contexto global contra a redução de diversidade em possibilidades de racionalidades (Ribeiro, 2014; Pinheiro-Machado, 2017) centrado na relação sociedade e espaço, o lugar sobre o qual esse trabalho se posiciona, buscando alinhar alguns referenciais. O estudo aqui abordado evidencia da relação sociedade-espaço um recorte corpoespaçotemporal (Nascimento, 2011; 2015) atravessada pelo presente.

A noção de corpoespaçotempo vem sendo alimentada por projetos de pesquisa com os quais colaboramos e coordenamos e tem na indissociabilidade dos elementos que o compõem a força necessária ao entendimento que procuramos abarcar sobre o espaço e a sociedade.

Milton Santos (1996) ao tratar do espaço orienta sobre a indissociabilidade entre os sistemas de objetos (formas espaciais) e os sistemas de ações (gestos sociais), de modo semelhante como na relação espaço-sociedade. Trata-se portanto de um sistema dinâmico relacionado a diferentes escalas, lugares, contextos, usos e práticas.

O que é praticar o espaço? Seria a prática, o que relaciona e funde sociedade e espaço? Praticar o espaço é uma forma de exercer diferentes urbanidades, “se há diferentes condições materiais e sociais para a urbanidade, haveria, conseqüentemente, diferentes urbanidades” (NETTO, 2013, p. 237).

Se há diferentes urbanidades, há também diferentes sociedades, estruturadas, organizadas e com condições distintas. Ao questionar a condição e o condicionamento, no caso espacial (CARLOS, 2011), orientamos o debate para aquilo que diz do que é próprio ao lugar, da cultura e das reproduções em termos de possibilidade de se ocupar o espaço, seja este integrado ou segregado, e ainda da temporalidade da ocupação: permanente, temporária ou efêmera, seja do ponto de vista do espaço-sociedade ou da sociedade-espaço, pois há a possibilidade de se alterar a forma, o desenho urbano, os processos, as práticas, por regras e modelos, também em termos políticos, econômicos, administrativos,

públicos, privados, democráticos, já que, por vezes, são estas também as causas de consequências em segregação, exclusão e inclusão, sociais, espaciais e urbanas.

Do mesmo modo é possível transformar relações sociais, corporais e humanas (ARENDR, 2001), também condicionadas seja em internalidades ou relacionadas às externalidades, em presença. Nesse sentido o debate de Ana Clara Torres Ribeiro sobre o sujeito corporificado (2013) tem aqui relevância por articular a relação social às diferentes escalas de sujeitos e corpos, dos institucionais aos mais vulneráveis.

Nesse sentido entendemos que as urbanidades também devem ser vistas por suas potencialidades poéticas, subjetivas e incorporadas, de sensibilização coletiva e, que, há práticas e usos espaciais que contribuem no sentido de corporificar sujeitos, gestos e ações, como o yoga e / ou a dança.

## O referencial “sociológico” nas relações sociedade-espço

Na obra de Ana Clara Torres Ribeiro, assim como nos estudos urbanos e sociológicos a abordagem filosófico-sociológica lefebvriana vem influenciando gerações de pesquisadores e educadores inter, multi e transdisciplinarmente no Brasil, com rebatimentos teóricos, metodológicos e epistemológicos, numa abordagem que, em nosso entendimento seria sociológico-geográfica, também considerada processual.

Na revisão da teoria da produção do espaço de Lefebvre por Christian Schmid (2012), em tradução de Marta Marques e M. Barreto, afirma-se a crescente relevância do trabalho deste autor pelo fato de integrar “sistematicamente as categorias de cidade e espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis”.

A obra de Lefebvre (1990, 2000 [1974]) afirma que espaço (social) é um produto (social). Schmid afirma ser: “necessário, antes de tudo, romper com a concepção generalizada de espaço, imaginado como uma realidade material independente, que existe em si mesma”. Ao ir contra a visão de uma certa “autonomia” espacial, Schmid afirma que Lefebvre “propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social - do que se conclui que o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. O espaço não existe em “si mesmo”. Ele é produzido”.

Não apenas produzido, mas praticado segundo Lefebvre, pois mesmo em espaços aparentemente ou, de fato segregados, há interação social.

Reforçamos que há diferenciação nas apropriações conceituais de espaço e sociedade dependendo da abordagem que orienta o estudo ou a análise. Nas abordagens sociológicas o que se privilegia e analisa são os usos e as práticas espaciais, segundo o sentido da ação no espaço e não apenas o movimento, em termos de deslocamento. Nesta visão a lentidão, a resistência e a ocupação importam.

Assim, ambos conceitos, sociedade e espaço podem tanto serem entendidos em sua autonomia, quanto por relações articuladas, portanto plural. Ao serem associados a outras questões adquirem sentidos, orientações distintas, de acordo com as lentes que se olha.

A nossa escolha epistemológica da abordagem social referente ao espaço, segundo Lefebvre, nos parece adequada por ter sido este autor, juntamente com Anatole Kopp, um dos fundadores, na década de 1970, da revista Espaço e Sociedade.

Situar o debate que se coloca na esfera da relação espaço e sociedade nos parece razoável, por ampliar horizontes, por pensá-la como inter e mesmo transdisciplinar com contribuições próprias e cada vez mais necessárias em entrelaçamentos epistemológicos que têm atingido o campo da Arquitetura e

Urbanismo<sup>1</sup> e do Planejamento Urbano e Regional no Brasil, nos encontros da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), nas últimas décadas<sup>2</sup>.

Este debate vem sendo também fortemente construído na América Latina em encontros do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), em diferentes âmbitos, diante reivindicações de construções epistemológicas pós-coloniais e não-hegemônicas (Portela Júnior, 2015; Ribeiro et alli, 2017).

Como o estudo aqui proposto tem sua base na relação espaço e sociedade, a abordagem conceitual sociológica lefebvriana tem relevância e contribui com a interlocução entre a obra de Ana Clara Torres Ribeiro da sociologia urbana e a de Milton Santos da geografia humana. A esta colaboração e interlocução no Brasil, denominamos de abordagem sociológico-geográfica.

Afirmamos isto pois, no Brasil, a alternância do diálogo da sociologia com a geografia é reconhecida como solidária por Ribeiro (2012, p. 35), que afirma ser: “indispensável enfrentar questões relacionadas à forma como o espaço é trabalhado pelas diferentes correntes da geografia, procurando identificar aproximações ou distanciamentos com relação a problemáticas construídas pelas teorias sociológicas”. Estendemos essa reflexão a outros campos disciplinares como a arquitetura e urbanismo.

Ao mesmo tempo em que os fundamentos da revista Espaço e Sociedade ocorrem na França na década de 1970, os diálogos entre sociologia e geografia se fortalecem no Brasil (Ribeiro, 2012). Ribeiro (2012, p.36) diz que “o convívio da sociologia com a política facilitava a aceitação da sua produção nos estudos em geografia, da mesma forma que a geografia trazia materialidade e concretude à sociologia”.

A socióloga urbana enfatiza que a ausência de alternância entre disciplinas no que concerne ao trabalho interdisciplinar seja diante do pensamento crítico e da posição política ou, de rotinas podem fragilizar “o diálogo entre disciplinas”. Afirma (Ribeiro, 2012, p. 35) que essas: “rotinas podem fazer com que conceitos, longamente trabalhados sejam banalizados ou desfigurados, como exemplifica, por vezes, o uso dos conceitos de lugar, território, cotidiano, sujeito social, ator político e espaço social”.

No que diz da aproximação interdisciplinar afirma (Ribeiro, 2012, p. 36) ter sido facilitada: “por atualizações da geografia, como indicadas pela crítica ao espacialismo, ao empiricismo e ao quantitativismo. Havia interesse pela contribuição da reflexividade característica da sociologia, o que permitiu a esta disciplina iniciar, por sua vez a absorção de conceitos como estrutura espacial, formação socioespacial, divisão social e territorial do trabalho”.

Ribeiro (2012, p. 37) diz da demanda de outra interdisciplinaridade diante aos desafios impostos pela conjugação de diferentes processos relacionados à globalização da economia, às mudanças na esfera política e, que isso: “transformou a natureza das relações entre sociologia e geografia, sobretudo, conteúdos e sentidos do espaço”. Afirma ainda ser: “agora necessário acompanhar outros processos e escalas dos fenômenos econômicos e sociais”<sup>3</sup> e que ferramentas como as cartografias da ação (independente do recorte ou da escala: cultural institucional, financeira, populacional, urbana, local, bairro) são seminais.

---

<sup>1</sup> No Brasil o campo da Arquitetura e Urbanismo acontece junto e, não separado como ocorre na maioria dos países europeus.

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que os programas de Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil permanecem em número reduzido até fins da década de 1990 e ampliados apenas a partir de então. Até esse momento o referencial teórico francês é proeminente nos debates em planejamento urbano e regional.

<sup>3</sup> Tal debate, para Ribeiro, tem especial relevância para o IPPUR/ UFRJ, cujo projeto pedagógico apoia-se no tripé Sociedade, Estado e Espaço

A reflexão oferecida por Ana Clara T. Ribeiro (2012, p. 38) enfatiza o duplo desafio apresentado pela pesquisa, ensino - no Brasil associado à extensão - numa ancoragem compromissada com o mundo concreto, “no encontro de veios trabalhados por ambas as disciplinas” - sociologia e geografia - que estendemos à arquitetura, ao urbanismo, ao planejamento urbano e regional através da filosofia, sobre a “reflexão da condição humana” no método, em suas palavras.

A relação e o reconhecimento do referencial teórico de Milton Santos, possibilita “propósitos comuns concernentes à teoria da totalidade social quanto ao tratamento da questão urbana” e espacial. Nesse sentido, Santos (1996) auxilia com a definição do espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, criticando ambições classificatórias, reducionistas e não sistêmicas, como também o fazem Bourdieu (2002) e Morin (2003).

Segundo Milton Santos (1996) a ação racionalizante refere-se à tecnosfera (razão). Nesse sentido, limitador diante da psicosfera (emoção). Salientado em trabalhos anteriores o autor “aponta como desafio a reunião de categorias internas e externas aos dois sistemas, afirmando, ainda, a inseparabilidade de objetos e ações e, portanto, de técnica e projeto” (Nascimento, 2009).

Segundo Evangelista (2013), Milton Santos em *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* trata a geografia como ciência social. Atualmente, no Brasil, as disciplinas que correspondem ao *campo das ciências sociais aplicadas*<sup>4</sup> diluem, de certo modo, o social em aspectos externos ao próprio campo sociológico.

Se o espaço e a forma, assim como as noções de território e/ou de região são referentes a processos, tal entendimento vivo da linguagem espacial reconhece sua face dinâmica e sistêmica (Allain, 2011) ao qual usos, valores e processos estão submetidos ao longo do tempo e, ainda, repercutem no presente (Ribeiro, 2013).

Compreende-se aqui, a relação entre sociedade e espaço como um movimento que ocorre entre internalidades e externalidades de ambos os conceitos que, independente do ângulo observado de tal relação, como em um movimento pendular, oscilatório, deve-se haver equilíbrio para sua manutenção (Figura 1).

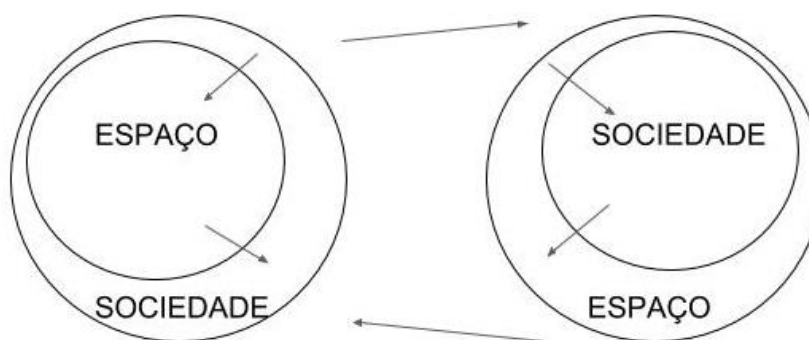


Figura 1: Esquema da relação espaço e sociedade mediante internalidades e externalidades..

Nesta oscilação, dependendo do que é posto em destaque, diz daquilo que se evidencia. Se no espaço, a ênfase é posta na materialidade formal, em relação ao seu aspecto social. Se a ênfase está na sociedade, como em abordagens sociológicas (sociologia urbana) ou da geografia humana, sua

<sup>4</sup> No Brasil, tal campo é interdisciplinar e é composto pelas disciplinas de Economia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Comunicação, Desenho Industrial, Demografia.

articulação ocorre com distintas dimensões do espaço, no caso a ação humana ou corporal, de usos e de prática sócio-espacial.

Assim a internalidade da relação sociedade-espaço é pensada, analisada e praticada simultaneamente ao que se considera como externalidade da relação, no e sobre o espaço urbano que se estuda e avalia com sentido de projeto e/ ou de outras práticas espaciais, independente da escala. A sobreposição dinâmica busca evidenciar a apropriação do tempo, do espaço, do corpo e do desejo (Nascimento, 2012; 2015; 2016) como extrapolações à forma pela forma, como na relação entre *urbs* e de *civitas*<sup>5</sup>. A partir da relação entre espaço e sociedade é que apresentamos abaixo algumas considerações acerca das urbanidades, no plural, e da qual a noção cosmopolítica auxilia ampliações e adaptações.

## Bioética: condicionante para a prática socioespacial

Diante do modo de pensar do ocidente e da epistemologia hegemônica do norte global, em um sentido dominante em aspectos econômicos e culturais apontamos para algumas considerações acerca das urbanidades, sejam importadas, antropofagadas ou ressignificadas. Aqui trataremos a urbanidade como cosmopolítica, como potência filosófica e como pensamento-ação ou ainda como pensamento-paisagem como propõe Arendt (2011), em um viés decolonial, como modo pensante e operante orientado para a visão do todo, inserido no universo e no cosmos.

Fontes (2017, p. 01) “propõe como um enfrentamento da unificação do mundo feita pela ciência moderna [...] propondo algo particularmente difícil e desafiador para a tradição da razão ocidental: a humildade, no que se refere a disposição de que talvez não conheçamos todos os mundos possíveis de fato”.

Esta visão do todo se conecta as diferentes percepções do tempo, ocidental e oriental. A relação ocidental com a percepção da temporalidade e do momento presente tem um sentido de ansiedade, que busca satisfazer desejos imediatos. Já a relação oriental entende o todo temporal, vendo o passado e futuro imersos como causas ou consequências do momento presente. Buscamos resgatar a noção de tempo da própria natureza, para que o viés cosmopolítico oferecido por Fontes, (2017, p. 01) faça algum sentido:

“Cosmopolítica se dispõe a pensar os limites, as circunscrições cósmicas, os regimes de imanência, para finalmente, a partir deste reconhecimento, propor convergências possíveis, as quais operariam sob o signo da igualdade, mas não da equivalência, e sobretudo, impossíveis de serem subsumidas em nome do projeto ocidental da razão transcendente”.

---

<sup>5</sup> Segundo diferentes autores *urbs* e *civitas* adquirem conotações e, portanto interpretações distintas. Françoise Choay (2002; 2003) relaciona à *urbs* o aspecto da materialidade fixa ou permanente e à *civitas* o corpo de cidadãos, ou seu aspecto móvel, dinâmico e vivo e, com visão que coincide com Fonseca (2012): *civitatis* designa a cidade, não do ponto de vista da sua materialidade (*urbs*), mas significando o conjunto dos seus habitantes, regidos por leis e por uma entidade administrativa. Já, segundo Holanda (2018) ao tratar do Plano de Brasília por Lúcio Costa relaciona *urbs* e *civitas*, a ditos ecos marxistas como supreestrutura e infraestrutura, ou ainda, segundo Hillier e Hanson como reprodução social e produção social, que segundo o autor referem-se aos pressuposto bourdieurianos, respectivamente como capitais social, cultural por um lado e, político, ideológico, econômico, por outro.

Entender as urbanidades em níveis mais profundos de realidade e de relações, com na visão da filosofia que dá embasamento ao Yoga, é como entender que somos um microcosmos dentro de um macrocosmos. Esse entendimento contribui para que as urbanidades sejam observadas como uma composição em diferentes escalas, em transformações e influências coextensivas.

Trouxemos a prática de Yoga como uma cosmopolítica, no sentido de que a medida que os seres integram-se com sua própria consciência, integram-se também com outras consciências e com o mundo, definindo melhor demandas comunitárias/sociais e pontos que necessitam transformação, seja individual, seja urbana. Os indivíduos manifestam seus desejos e possibilitam transformações de acordo com suas necessidades, expressas em sua relação com o espaço/tempo (assim como o espaço também influencia a forma do indivíduo observar o mundo). (AZALIM, RAMOS, 2017, p. 01)

Na prática filosófica o intuito-devir de urbanidade cosmopolítica. (Azalim e Ramos, 2017, p. 01) trata da “ integração e complementação da mente com o corpo, do Ser Humano com o Cosmo. Trazendo o corpo para um primeiro plano, com o desenvolvimento da consciência, inspira uma transformação da sociedade e dos espaços”.

Desse modo cada urbanidade não se dissocia das diversas urbanidades, assim como a sociedade é indissociável do espaço e conseqüentemente da natureza.

A cosmopolítica como prática tem o intuito de corporificar o sujeito, propiciando-o sair do indivíduo e do individualismo para uma busca do sujeito corporificado. Esse reconhecimento de si mesmo, do Outro, do espaço e das relações que constituem as relações de urbanidades, vistas pela perspectiva do movimento do corpo no espaço, seja pelo yoga ou pela dança permite ressignificar as formas de valorização de culturas não hegemônicas, como uma busca, como afirma Fontes (2017, p. 02) por “outras culturas habitarem outros cosmos que não aquele governado ou mapeado pela ciência hegemônica”, reconhecendo a diversidade como um dos pilares das urbanidades e assim a “cosmopolítica no sentido aqui proposto está então relacionada ao reconhecimento do direito político (ao estatuto ontológico ligado ao fato)”.

Dentro das ciências ditas hegemônicas, a universalização e unificação da natureza como se fosse apenas uma e não reconhecida em sua diversidade homogênea a visão do ambiente natural e o pensamento de dominação da natureza, dos seres vivos, que descorporifica os indivíduos com o intuito de dissolver a consciência de si e da natureza, com um viés de separação entre o sujeito/sociedade e natureza.

Latour (1994, p. 96) explicita sobre a dominação da natureza, não na representação de seus símbolos “mas a Natureza, tal como ela é, ou pelo menos tal como ela é conhecida pelas ciências - ciências que permanecem na retaguarda, impossíveis de serem estudadas, jamais estudadas”.

Na visão ocidental, segundo Fontes (2017), a cultura é também entendida como algo dissociado da natureza, sendo que a relação do sujeito com o ambiente é que dá origem à diferentes culturas de acordo com o contexto que estão inseridas. A cultura é reflexo do meio e o meio associado aos seres definem a cultura.

Tornar-se humano, seria portanto, humanizar o ser humano, corporificar o sujeito. A desumanização é um reflexo da dicotomia entre os indivíduos e natureza, visto que o ser humano é no fundo a natureza em outra escala. Na cultura yogue, um microcosmo é parte de um macrocosmos, possui as mestras estruturas de maneiras e proporções diferentes.

Wagner (2012, p. 309) afirma que “ ‘tornar-se humano’ em nossa tradição é tanto uma tarefa moral para o indivíduo, como uma tarefa evolutiva para a espécie e a decisão de tratar esses dois

aspectos como sendo o mesmo conferiu ao nosso estudo das origens do homem suas conotações teleológicas ou moralistas.”

Ao tratarmos das atitudes cosmopolíticas buscamos lidar com a ideia de (re)conexão consigo mesmo e com o ambiente numa relação que favorece sujeitos corporificados, em suas vivências, em suas urbanidades, em um sentido harmonioso na relação com a natureza.

A cidade passou a ser utilizada pelos movimentos vanguardistas vigentes à época como uma nova forma de fazer política, embasada em críticas sociais e culturais. Situacionismo, happening, performance e movimentos como o Judson Church foram alguns deles, que propunham uma fusão entre as artes, rompendo com a arte tradicional, não desvinculando-a da vida. Nessa época, o Teatro de Rua denunciava a cara segregacionista do sistema e propunha uma mudança aos que caminhavam na rua: de simples pedestres a espectadores (CARREIRA, 2007), configurando assim novas maneiras de produzir o espaço.

Ao denotar sua conceituação de espaço urbano, Lobato Corrêa o caracteriza como um “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”. Fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, este se define também como um conjunto de símbolos e campo de lutas.

Para Lefebvre, “é no espaço dialetizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (1973, p. 18-20). Ou seja, o espaço não existe em si, mas a partir da reprodução das relações de produção. A prática espacial é realizada através do exercício de direito à cidade. O urbano, em constante processo de constituição, configura-se como espaço-tempo da fruição, da superação da vida cotidiana alienada.

O espaço é uma construção social, e a fim de compreender suas dinâmicas é preciso compreender a sociedade. No centro de tais discussões situa-se o cotidiano, pois é nele e por ele que são produzidas e reproduzidas as relações. Para Léfèbvre, o cotidiano deixa de ser sujeito para se tornar objeto da ação capitalista.

Como um campo de oposição e resistência à face destrutiva do capitalismo hegemônico no cotidiano, surge a bioética. Segundo Ana Clara T. Ribeiro a bioética apresenta “uma possibilidade de resistência à secundarização do direito coletivo, percebida como inexorável por aqueles que afirmam que a modernidade encontra-se superada”. Para a autora, cidadania e democracia pressupõem a afirmação de sujeitos que, individualmente e coletivamente, lutem por direitos e por sua garantia. Em suas palavras:

A apresentação na cena política mundial do drama humano exigirá, assim pensamos, a efetiva realização de um movimento de superação, ou seja, o encontro de uma nova síntese que reúna corpo e espírito (valores e orientação ética) na construção da democracia. Acreditamos que o encontro desta síntese, que pode ser altamente estimulada pela bioética, é, inclusive indispensável à atualização do humanismo. (Ribeiro, 2013, p. 31)

Assinalando a relevância da bioética e consubstanciando seus valores - no exercício de seus direitos previstos e garantidos pela lei - surge o sujeito corporificado. Para Ribeiro (2013) ao se corporalizar, tal sujeito de direitos permite a radical superação do idealismo e do materialismo objetivante. A ação direta do supracitado sujeito no seio da sociedade tende a romper os limites do cotidiano alienado, transformando a cidade e por ela sendo transformado.

Nesse processo, a arte se manifesta através do sujeito que refuta a alienação do cotidiano na cidade, produzida pelo capital. Para Argan (1989) a cidade não é apenas “um invólucro ou uma



concentração de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma”. Este afirma ainda que a cidade é constituída por diferentes artes, juntas em suas diversas categorias, procedimentos e níveis quantitativos e qualitativos.

## Direito à cidade artística-sensível

Este artigo traz o estudo da cidade e das urbanidades como obra de arte (Lefebvre 2001, Argan, 2005) explicitando que a cidade é uma obra de arte inacabada, em construção, no cotidiano. As ações e reações dos seres determinam as realidades sociais urbanas. As práticas urbanas complementam e reformulam as relações entre os indivíduos e a cidade, resultando em urbanidades, já que a cidade está em formação a todo instante.

Sobre isso Argan (2005, p. 77) complementa que a arte é “uma atividade primária e constitutiva para o espírito” e que “não só a história da ideologia do poder, como também toda a vivência da sociedade e dos indivíduos constituem a mutável, mas sempre eloquente imagem da cidade”.

Para Ribeiro (2013) urbanidades são maneiras de se portar em relações individuais e coletivas por meio do espaço, lidando com o inesperado e com o desconhecido. As urbanidades são formuladas dinamicamente através do compartilhamento das condições fundamentais de existência, tendo o potencial de conectar os indivíduos à cidade e a si mesmos com ações do corpo cívico perante as questões sociais, políticas e culturais numa relação espaço-temporal por meio de mediações institucionais.

Numa sociedade onde impera o pensamento único cria-se “obstáculos à afirmação de forças sociais e políticas” (RIBEIRO, 2013, p. 29). Para criação de uma cidade sensível é preciso sensibilizar os cidadãos e agentes. As instituições são reflexos da sociedade, onde impera o pensamento economicista e instrumental reproduzido pelos participantes deste processo. Se o pensamento hegemônico está presente na academia, como sensibilizar futuros profissionais ensinados pela reprodução técnica, e nem sempre crítica, do conhecimento?

A atividade de extensão oferece a possibilidade de resistência contra paradigmas hegemônicos. O Circuito Okupa, projeto de circulação artística da pró-reitoria de Extensão da UFSJ, busca através da ocupação de ambientes da universidade novos estímulos interativos, artísticos e educativos, numa tentativa de ressignificação do espaço e das relações acadêmicas, propondo desconstruir barreiras que impossibilitam laços de pertencimento com os espaços comuns.

Os encontros ocorrem de forma *lenta* e *orgânica* como na cidade do homem lento (Ribeiro, 2013, p. 279), conforme desejos e anseios de seus ocupantes numa tentativa de ruptura temporária ao ritmo veloz imposto pela vida urbana e acadêmica, na intenção de gerar experiências coletivas com alteridade.

Para Jacques (2012, p. 272) “a cidade é apreendida pela experiência corporal, pelo tato, pelo contato, pelos pés” e a experiência urbana fica inscrita, sob diversas escalas de temporalidade, no corpo daquele que a experimenta, ou seja, a cidade é apreendida holisticamente pelas questões subjetivas e sensíveis do ser humano.

Em parceria com o Circuito, entendemos a prática do yoga como potência de sensibilização, tentativa de criar experiências que inscrevam memórias corporais coletivas sensíveis e afetuosas. A vivência do yoga em espaços banalizados (Ribeiro, 2013) faz com que os praticantes tenham a possibilidade de assumir uma postura lenta voluntária, o que estimula novas apreensões e percepções gerando ressignificações do espaço e de si mesmos.

O corpo lento voluntário propicia através de respirações e movimentos realizados com consciência, a apreensão da lentidão do tempo, quase como se fosse possível “parar o tempo”, perceber o espaço pelos sons da natureza, dos pássaros, do vento e o movimento dos insetos.



Fig. 1: Compilação de fotografias.  
Fonte: Ana Carolina Velho (2018)

A foto(poética)grafia registra vestígios da imagem-potência numa relação dinâmica, corpoespaçotempo. O olhar humano não registra o movimento da mesma forma como a longa exposição da câmera, registrando vultos corporais como se fosse possível visualizar a essência e a aura. Por meio da iconografia - registro do momento presente, a instantaneidade e a efemeridade - materializa-se o corpoespaçotempo yogin.



Fig. 2: Compilação de fotografias.  
Fonte: Ana Carolina Velho (2018).

Como resgatar a subjetividade dos indivíduos capturada pelo pensamento racional que desvaloriza a cidade e o seres humanos sensíveis? O direito à cidade sensível relaciona-se com o pensamento de Lefebvre (2001) que explicita a poética urbana à sociedade imersa na realidade cotidiana, que lê a cidade a partir de suas linguagens e urbanidades. As “experiências compartilhadas criam laços sociais indispensáveis para a memória coletiva” (RIBEIRO, 2005). Desejamos assim aguçar os sentidos para a composição de uma memória poética para além do conhecimento instrumental.



Fig. 3: Foto(poética)grafia.  
Fonte: Ana Carolina Velho (2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Ana Clara Torres Ribeiro tem sido fonte inesgotável de referenciais para os debates aqui propostos sobre a temática da relação sociedade e espaço, também no sentido de confrontar outras racionalidades que atribuem ao espaço maior relevância ou protagonismo diante da questão social, como se ele fosse por si só capaz de orientar e conduzir orientações à ação humana.

A contribuição de sua obra tem se estendido à contribuições teórico-práticas na e para a relação entre espaço e sociedade, também entendida como processo no qual o corpo tem papel fundamental tanto como captador de sensibilidades espaciais, quanto de apropriações e ocupações sensíveis.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos integrantes do Circuito OKUPA, ao grupo de pesquisa A.T.A. e a Vitor Oliveira da FEUP.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAIN, R. (2011). *Morphologie Urbaine. Géographie, aménagement et architecture de la ville.* (Armand Colin, Paris)

ALLEMAND, D. S. ; JESUS, T. A. *A dança e a cidade: um estudo comparativo entre Pelotas e São Paulo.* In: INSTITUTO FESTIVAL DE DANÇA DE JOINVILLE; THEREZA ROCHA. (Org.). *Graduações em dança no Brasil: o que será que será?.* 1ed. Joinville: Nova Letra, 2016, v. 1, p. 239-244.

ARENDR, H. A. (2002) *A Condição Humana.* (Forense Universitária, Rio de Janeiro)

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade /* Giulio Carlo Argan; tradução Pier Luigi Cabra. 5ª ed. - São Paulo : Martins Fontes, 2005.

AZALIM, P. H. C. ; RAMOS NETO, W. C. . *Yoga como cosmopolítica na criação de imagens-potência.* Climacom, Campinas, p. 167 - 175, 15 dez. 2017.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. (Bertrand Brasil, Rio de Janeiro), 2002.

CARLOS, A. F. A. *A Condição Espacial.* (Contexto, São Paulo), 2011.

CARREIRA, André. *Teatro de Rua: Brasil e Argentina nos anos 1980: Uma paixão no asfalto.* São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores Ltda., 2007.

ECO, Umberto. *Obra Aberta: Forma e Indeterminação nas Poéticas Contemporâneas.* São Paulo: Perspectiva, 1991.

EVANGELISTA, H.A. Uma leitura da obra do Milton Santos: A natureza do espaço: técnica e tempo. IN *Revista Geo-paisagem*, Ano 12, n.2, Janeiro/ Junho (Rio de Janeiro), 2013.

FONTES, Gustavo - *Pensamento Ameríndio: Cosmopolítica contra o etnocídio.* Griot: Revista de Filosofia. v. 15, n. 1, junho/2017

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 [1991]

LEFEBVRE, H. *Lógica formal, Lógica Dialética.* (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro), (1979 [1946])

\_\_\_\_\_. *Logique formelle, Logique Dialectique.* (Terrains, Editions Sociales, Paris), (1979 [1946])

\_\_\_\_\_. *La production de l'espace.* (Éditions Anthropos, Paris), (2000 [1974])

\_\_\_\_\_. *The Production of Space.* Translated by Donald Nicholson-Smith. (Blackwell, Oxford), (1991 [1974])

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2001.

- JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes* / Paola Berenstein Jacques. - Salvador : EDUFBA, 2012.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção. (Hucitec, São Paulo). 1996
- MARQUES, M.; BARRETO, M. *A Teoria da Produção do Espaço em Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional* por Christian Schmid. Tradução. In GEOUSP – espaço e tempo, N°32 89- 109 (USP, São Paulo), 2012.
- MORIN, E. *Da necessidade de um pensamento complexo*. IN Para navegar no século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura. (Editora Sulina, Porto Alegre) 13-36, 2003.
- NASCIMENTO, Adriana. *Territórios do Corpospaçotempo: quem planeja?*. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Intervenção: sobre práticas, produção e reprodução*. O material e o imaterial em S.João Del-Rei/ MG. IN Anais 7 Projetar: Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: ensino, pesquisa e prática. (UFRN, Natal), 2015.
- NASCIMENTO, A; SOUZA, M. *Tecido Urbano em Crise: leituras de S. João Del-Rei/ MG (1930-1945)*. IN: Atas PNUM. (PNUM, Guimarães).
- NETTO, Vinicius M. *A urbanidade como devir do urbano*. Revista Eure - Revista de Estudos Urbano Regionais , 39(118) , 2013.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. (2017) *A nova direita conservadora não despreza o conhecimento*. IN Carta Capital, (<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-direita-conservadora-nao-despreza-o-conhecimento>) consultado em 19 de Outubro de 2017.
- RIBEIRO, Ana Clara T.. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Vol.1. (Letra Capital, Rio de Janeiro), 2012.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Outros territórios, outros mapas*. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Sujeito Corporificado e Bioética. Caminhos da Democracia*. In: *Por uma sociologia do presente: Ação, técnica e espaço*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 29-39.
- \_\_\_\_\_. *Ética na Ciência: aspectos sociológicos*. In: *Por uma sociologia do presente: Ação, técnica e espaço*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.17-28.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e risco nas metrópoles brasileiras*. In: *Por uma sociologia do presente: Ação, técnica e espaço*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p.85-100.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 [1975].